



CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 11ª REGIÃO - CRN-11
Av. Santos Dumont, 5335, Fortaleza/CE, CEP 60175-047
Telefone: 85 4042-9542 - www.crn11.org.br - E-mail: crn11@crn11.org.br

Fortaleza, 13 de novembro de 2025.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: Contratação de seguro patrimonial para atender às necessidades do Conselho Regional da 11ª Região nos patrimônios localizados em Fortaleza, Teresina e São Luís, pelo período de 12 (doze) meses. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

1.2. As especificações do objeto estão dispostas na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO CATMAT/ CATSER	OBJETO Descrição Completa	Unidade	Quantidade
1	30126	Contratação de apólice de seguro patrimonial destinada à cobertura mínima obrigatória do patrimônio do CRN-11 (Patrimônio em Fortaleza, Teresina e São Luís), pelo período de 12 (doze) meses, contemplando as seguintes coberturas: incêndio e queda de raios, danos elétricos e responsabilidade civil.	Serviço	1

FORTALEZA		
COBERTURA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ASSEGURADO
Básica	Incêndio, Queda de Raio, Explosão, queda de aeronave e Fumaça de qualquer natureza.	R\$ 190.000,00
Acessória	Responsabilidade civil	R\$ 200.000,00
Acessória	Danos elétricos	R\$ 28.500,00
TOTAL		R\$ 418.500,00

PIAUI		
COBERTURA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ASSEGURADO
Básica	Incêndio, Queda de Raio, Explosão, queda de aeronave e Fumaça de qualquer natureza.	R\$ 250.000,00
Acessória	Responsabilidade civil	R\$ 200.000,00
Acessória	Danos elétricos	R\$ 37.500,00
TOTAL		R\$ 487.500,00

MARANHÃO		
COBERTURA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ASSEGURADO
Básica	Incêndio, Queda de Raio, Explosão, queda de aeronave e Fumaça de qualquer natureza.	R\$ 180.000,00
Acessória	Responsabilidade civil	R\$ 200.000,00
Acessória	Danos elétricos	R\$ 27.000,00
TOTAL		R\$ 407.000,00

TOTAL CONTRATO (FOR, PI e MA)		
TOTAL	R\$	1.313.000,00
		12 MESES

1.3. Havendo eventual divergência entre o CATMAT/CATSER e a descrição/especificação dos itens na tabela acima, prevalecerão estas últimas.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei até o limite decenal, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 e o reajuste será pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133, de 2021.

1.5. O serviço objeto desta contratação é classificado como **Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra**, ou seja, aquele cuja prestação do serviço ocorre de forma contínua ao longo do tempo, mas sem a necessidade de que os profissionais designados pela empresa contratada estejam exclusivamente à disposição do contratante.

1.6. A eficácia do contrato ficará condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei no 14.133/2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A apólice deverá assegurar os patrimônios de Fortaleza, Teresina e São Luís:

UF/CIDADE	ENDEREÇO	ÁREA PRIVATIVA
Fortaleza	Av. Santos Dumont nº 1740, sala 613, Centro Comercial Rocha Aguiar, bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60150-161	Unidade 613 com 41,46 m ² , 3 cômodos, 1 banheiro; edifício com 16 pavimentos (1 térreo, 3 garagens e 12 salas)
Teresina/PI	R. Desembargador Pires de Castro nº 380, sala 604, Centro Médico Dr. Dirceu Arcoverde, bairro Centro-Sul,	Unidade 604 com 28,05 m ² , 4 cômodos, 1 banheiro, 1 vaga; edifício com 12 pavimentos

	Teresina/PI, CEP 64001-390	(1 térreo, 2 garagens e 8 salas)
São Luís/MA	R. Quéopes nº 12, sala 308, Ed. Executive Center, bairro Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP 65075-800	Unidade 308 com 21,35 m ² , 2 cômodos, 1 banheiro; edifício com 5 pavimentos e 12 salas

2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

2.1. O Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região (CRN-11) não dispõe, atualmente, de apólice de seguro que resguarde seu patrimônio em Fortaleza/CE, e nas localidades de Teresina/PI e São Luís/MA. A ausência dessa cobertura expõe a instituição a riscos significativos decorrentes de eventos imprevisíveis, como incêndio, queda de raios, danos elétricos, responsabilidade civil e perda de pagamento de aluguel, os quais podem comprometer a integridade física dos bens públicos e gerar prejuízos financeiros expressivos.

2.2. A contratação da apólice de seguro patrimonial configura-se como medida estratégica de mitigação de riscos, garantindo que, em situações adversas, o Conselho possa recuperar ou minimizar danos materiais e assegurar a continuidade de suas atividades sem prejuízos significativos. Trata-se, portanto, de uma alternativa eficiente e preventiva para assegurar a proteção dos imóveis mencionados, evitando que um eventual sinistro comprometa o funcionamento administrativo e finalístico da autarquia.

2.3. Do ponto de vista econômico, a medida é igualmente vantajosa, uma vez que o valor anual da cobertura securitária é substancialmente inferior ao montante de possíveis perdas em caso de sinistro, representando economia de recursos públicos e proteção do erário. Em outras palavras, ao transferir à seguradora a responsabilidade pela reparação de danos, o CRN-11 garante previsibilidade orçamentária e evita despesas extraordinárias que poderiam inviabilizar parte de suas atividades.

2.4. Sob o aspecto normativo, a iniciativa alinha-se aos princípios constitucionais da eficiência e da responsabilidade na gestão da coisa pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Complementarmente, atende às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que, em seus artigos 11 e 18, destaca a importância do planejamento e da gestão de riscos como instrumentos essenciais à boa governança e à continuidade dos serviços públicos.

2.5. Assim, a contratação da apólice de seguro patrimonial pelo CRN-11 não apenas atende às exigências legais, como também representa boa prática de governança, traduzindo-se em gestão responsável dos recursos públicos, proteção dos patrimônios sob guarda da instituição e garantia da continuidade das operações, mesmo diante de eventualidades.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região (CRN-11) não dispõe, atualmente, de apólice de seguro que resguarde seu patrimônio em Fortaleza/CE, e nas localidades de Teresina/PI e São Luís/MA. A ausência dessa cobertura expõe a instituição a riscos significativos decorrentes de eventos imprevisíveis, como incêndio, queda de raios, danos elétricos, responsabilidade civil e perda de pagamento de aluguel, os quais podem comprometer a integridade física dos bens públicos e gerar prejuízos financeiros expressivos.

3.2. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A contratação da apólice de seguro patrimonial configura-se como medida estratégica de mitigação de riscos, garantindo que, em situações adversas, o Conselho possa recuperar ou minimizar danos materiais e assegurar a continuidade de suas atividades sem prejuízos significativos. Trata-se, portanto, de uma alternativa eficiente, economicamente vantajosa e preventiva para assegurar a proteção dos imóveis mencionados, evitando que um eventual sinistro comprometa o funcionamento administrativo e finalístico da autarquia, conforme tabela abaixo:

Risco	Alternativas sem seguro patrimonial	Limitações / Custos Potenciais	Cobertura pelo Seguro Patrimonial
Incêndio	Contratar seguro específico contra incêndio; Instalar/extinguir equipamentos de combate (sprinklers, brigada de incêndio).	Seguro específico cobre apenas incêndios, não outros danos correlatos; Investimentos em equipamentos e treinamentos são elevados e não garantem indenização dos bens destruídos.	Cobertura automática para danos por incêndio e reposição dos bens afetados.
Queda de Raios/Danos	Instalação de para-raios e estabilizadores de energia;	Custos de instalação e manutenção contínua;	Indenização integral por danos elétricos decorrentes

Elétricos	Manutenção preventiva da rede elétrica.	Não evita todos os danos elétricos (sobretensão, descargas indiretas).	de queda de raio ou sobrecarga.
Responsabilidade civil	Constituir reserva financeira própria do órgão para eventual indenização; Firmar contratos com cláusulas de limitação de responsabilidade, tentando minimizar litígios; Implantar medidas internas de segurança (sinalização de áreas de risco, plano de evacuação, prevenção de acidentes etc.);	Risco financeiro elevado, já que eventuais indenizações podem ultrapassar a capacidade orçamentária; Responsabilização direta do órgão, que deve arcar com custos jurídicos, periciais e indenizatórios; Ações judiciais podem comprometer o orçamento anual, inviabilizando outras atividades essenciais;	Garante indenização imediata a terceiros dentro do limite contratado; Protege financeiramente o órgão contra imprevistos que gerariam grande impacto orçamentário

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que o objeto da contratação seja plenamente atendido, são estabelecidos requisitos mínimos relacionados à qualidade, à capacidade técnica e à conformidade legal por parte da contratada, em observância ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.1. Os documentos exigidos para a habilitação da empresa encontram-se descritos no item 8 deste Termo de Referência. A habilitação constitui condição indispensável para assegurar que a futura contratada disponha de capacidade jurídica, técnica e operacional compatível com as obrigações contratuais, garantindo o adequado cumprimento do instrumento.

4.1.2. A empresa deverá atender as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e quaisquer normas ou regulamentações aplicáveis durante a vigência contratual.

4.1.3. A presente contratação tem por objeto a aquisição de apólice de seguro patrimonial destinada à cobertura mínima obrigatória do patrimônio do Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região – CRN-11, abrangendo patrimônio em Fortaleza/CE, Teresina/PI e São Luís/MA, pelo período de 12 (doze) meses.

4.1.4. A apólice deverá contemplar exclusivamente as coberturas de incêndio e queda de raio, danos elétricos, responsabilidade civil e perda de pagamento de aluguel.

4.1.4.1. Especificações dos Imóveis Segurados

4.1.4.2. A cobertura deverá contemplar os seguintes bens patrimoniais, conforme informações consolidadas:

- **Fortaleza:** localizada na Av. Santos Dumont nº 1740, sala 613, Centro Comercial Rocha Aguiar, bairro Aldeota, com área privativa de 41,46 m², composta por três cômodos e banheiro, em edifício condominial de 16 pavimentos, incluindo três de garagem/estacionamento e 12 pavimentos com 14 salas cada.
- **Teresina/PI:** situada na Rua Desembargador Pires de Castro nº 380, sala 604, Centro Médico Dr. Dirceu Arcoverde, bairro Centro-Sul, com área privativa de 28,05 m², composta por quatro cômodos, banheiro e uma vaga de garagem, em edifício condominial de 12 pavimentos, incluindo dois de garagem/estacionamento e 8 pavimentos com 7 salas cada.
- **Luís/MA:** localizada na Rua Quespes nº 12, sala 308, Ed. Executive Center, bairro Jardim Renascença, com área privativa de 21,35 m², composta por dois cômodos e banheiro, em edifício condominial de 5 pavimentos/andares, sendo 1 térreo e 4 pavimentos com 18 salas cada.

4.1.5. Não há previsão de inclusão de seguros adicionais.

4.1.6. A apólice deverá ser emitida no **prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em formato digital, e encaminhada ao endereço eletrônico institucional do CRN-11, licitacao@crn11.org.br. A cobertura deverá ter início a partir da assinatura do contrato, independentemente do prazo de emissão da apólice, devendo a mesma estar devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.1.7. A contratada deverá disponibilizar central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para recebimento e acompanhamento de sinistros. O processo de aviso e acionamento do seguro deverá ser simplificado, ágil e transparente, garantindo pronto atendimento à contratante.

4.1.8. As licitantes poderão realizar vistoria prévia dos imóveis a serem segurados, mediante agendamento a partir da publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até 2 (dois) dias úteis antes do início do certame, em horário comercial, por intermédio do e-mail e telefone indicados no edital.

4.1.9. A vistoria deverá ocorrer nos endereços especificados, sem que isso interfira no prazo para apresentação das propostas. O representante da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e credencial emitida pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria. Ressalta-se que a ausência de vistoria por parte da seguradora não a exime das obrigações contratuais, inclusive quanto à cobertura integral dos imóveis, móveis, equipamentos e acessórios segurados.

4.1.10. No tocante às avarias, eventual dano preexistente e devidamente qualificado na vistoria de contratação do seguro não impedirá a celebração do contrato, entretanto tais avarias não estarão cobertas em caso de sinistro de perda parcial. Caso a contratante promova a recuperação do bem durante a vigência do seguro, deverá ser realizada nova vistoria para exclusão da cláusula restritiva. Se a seguradora optar por não realizar vistoria prévia, ficará automaticamente desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo a seguradora plena responsabilidade desde a contratação.

4.1.11. Quaisquer alterações contratuais necessárias, como inclusão, substituição ou exclusão de informações na apólice, deverão ser processadas mediante endosso emitido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação formal do CRN-11. Esse procedimento garante a manutenção da conformidade e da transparência da apólice.

4.1.12. Em caso de indenização parcial, a reintegração da cobertura deverá ocorrer de forma automática, sem cobrança de prêmio adicional, restabelecendo o limite máximo de indenização originalmente contratado. Essa exigência tem como finalidade assegurar a continuidade da proteção integral do patrimônio do CRN-11 durante toda a vigência da apólice, evitando redução da cobertura após sinistros de menor monta.

4.1.13. O processo de regulação de sinistro deverá ser transparente, ágil e simplificado. O prazo para pagamento das indenizações não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega completa da documentação exigida pela seguradora. O descumprimento desse prazo implicará a aplicação de multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização devida, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

4.1.14. A franquia aplicável em caso de sinistro deverá estar claramente definida na proposta e na apólice, obedecendo a critérios objetivos e razoáveis, de modo a não prejudicar a execução do contrato nem transferir ônus excessivo à contratante.

4.1.15. Por fim, a contratada deverá fornecer todas as informações pertinentes à apólice de forma clara, precisa e acessível, assegurando a plena transparência da contratação. É vedada a prestação de serviço deficitária ou omissa que comprometa a publicidade, a transparência ou a eficácia da cobertura contratada, sendo igualmente proibida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de contratação com baixo valor estimado.

4.4. Requisitos Legais

4.4.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis:

4.4.1.1. Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

4.4.1.2. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.4.1.3. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU Agosto de 2022.

4.5. Requisitos de Segurança

4.5.1. A contratada fica proibida de compartilhar os dados do CRN-11 com terceiros para qualquer fim.

4.5.2. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e tratativas realizadas por meio do serviço desta contratação.

4.5.3. A Contratada deverá atender ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018.

4.6. Requisitos de Sustentabilidade:

4.6.1. A Contratada deve observar, no que couber, a inclusão de critérios/ práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços no âmbito do CRN-11.

4.6.2. Não infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A contratação será vinculada à rubrica contábil **6.3.1.3.04.01.024 SEGUROS DE BENS IMÓVEIS**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. No valor da proposta devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da contratação do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme sessão anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.23. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A empresa será selecionada por meio de procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.17.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.2.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.21. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.2.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.2.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.2.21.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.2.21.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.2.21.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.2.21.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.2.21.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnica

8.3. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

8.3.1. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

9. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

9.1. Quanto à execução:

O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no **prazo de até 05 (cinco) dias corridos**, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1 Das obrigações da CONTRATANTE;

10.1.1 Nomear formalmente o Gestor do Contrato, bem como os Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis.

10.1.2 Encaminhar formalmente à Contratada a demanda dos serviços por meio de Ordem de Serviço ou documento equivalente, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

10.1.3 Supervisionar a execução dos serviços contratados, promovendo o acompanhamento técnico, quantitativo e qualitativo das atividades, inclusive mediante registros das ocorrências e determinações de correções quando necessárias.

10.1.4. Permitir o acesso da equipe da Contratada às informações e aos ambientes necessários para a execução dos serviços, desde que os profissionais estejam previamente identificados no rol autorizado.

10.1.5. Proporcionar todas as condições e facilidades para que a Contratada desempenhe suas atividades em conformidade com as normas legais e contratuais.

10.1.6. Informar à Contratada os nomes dos servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

10.1.7. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, possibilitando sua correção ou adequação.

10.1.8. Notificar a Contratada, por escrito, sobre a aplicação de penalidades, multas ou quaisquer débitos de sua responsabilidade, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

10.1.9. Atestar a execução dos serviços prestados e receber a fatura correspondente, observando os critérios e prazos estabelecidos no contrato, inclusive com glosas quando cabíveis.

10.1.10. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento devido à Contratada dentro dos prazos preestabelecidos contratualmente, condicionado à regular execução dos serviços.

10.1.11. Exercer a fiscalização contratual por meio de servidor designado, que registrará todas as ocorrências relevantes e determinará as medidas necessárias para correção de falhas ou irregularidades.

10.1.12. Fornecer à Contratada 04 (quatro) acessos ao Sistema INCORP, com login e senha, e 01 (um) acesso à Plataforma CIELO, também com login e senha, para envio de links de pagamento e acompanhamento da baixa nos acordos realizados.

10.1.13. Disponibilizar à Contratada todas as informações e documentos necessários para a adequada execução do objeto contratual.

10.1.14. Cientificar a Advocacia-Geral da União, quando for o caso, acerca do descumprimento de obrigações contratuais, para fins de adoção das medidas judiciais cabíveis.

10.1.15. Emitir decisões fundamentadas sobre solicitações, reclamações e requerimentos da Contratada, ressalvadas as manifestações manifestamente impertinentes, meramente protelatórias ou sem relevância para a boa execução do contrato.

10.1.16. Analisar e responder, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada, desde que instruídos com a devida fundamentação e documentação comprobatória.

10.2. São obrigações da CONTRATADA:

10.2.1. Iniciar os serviços e/ou entregar no período pré-determinado.

10.2.2. A CONTRATADA deverá dispor o objeto contratual de conformidade com proposta em anexo, independentemente de transcrição.

10.2.3. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade técnica, operacional e administrativa sobre a prestação do serviço, não podendo ceder ou transferir a outras empresas as responsabilidades estabelecidas em contrato ou por problemas na execução do objeto contratual, parcial ou totalmente, ou ainda negociar direitos deles derivados, sem o expresso consentimento do CRN-11.

10.2.4. Executar o objeto contratual, seguindo as especificações e exigências constantes na proposta apresentada e responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida em contrato.

10.2.5. A CONTRATADA deve comprometer-se com a garantia da qualidade dos serviços/objetos contratados.

10.2.6. A falta de qualquer ação necessária ao fornecimento do serviço/objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e, não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos contratados.

10.2.7. Solicitar ao CRN-11, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessários, que possam vir a comprometer a execução do objeto contratual.

10.2.8. Comunicar ao CRN-11, por escrito ou via e-mail, qualquer anormalidade de caráter urgente ou a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato ou dos serviços prestados e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.2.9. Fica vedado à CONTRATADA fazer uso das informações prestadas pelo CRN-11, que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

10.2.10. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

10.2.11. A CONTRATADA deverá manter preposto durante o período de vigência do contrato, para atender às solicitações do Conselho.

10.2.12. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inerentes às condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.2.13. A subcontratação parcial do serviço objeto deste contrato poderá acontecer desde que expressamente autorizada pelo CRN-11, e a CONTRATADA assume desde já a total e absoluta responsabilidade perante toda legislação vigente e pertinente à subcontratação.

10.2.14. A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços conforme as especificações da proposta, durante todo o período de vigência do contrato.

10.2.15. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessárias para o atendimento das obrigações decorrentes do contrato, para assegurar o perfeito andamento dele.

10.2.17. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

10.2.18. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, bem como, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas.

10.2.19. Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional ao CRN-11.

10.2.20. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao CRN-11, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Conselho, em nenhuma hipótese, a responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes, ficando este, desde já, autorizado a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a CONTRATADA das sanções previstas no contrato e em lei, até a completa indenização dos danos.

10.2.21. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à efetiva execução objeto contratado, não sendo admitido nenhum acréscimo na proposta, tais como despesas com pessoal, seja de mão de obra própria ou locada, salários, diárias, hospedagem, alimentação, transportes, fretes, tributos em geral, incidências fiscais, comerciais, taxas e contribuições de qualquer natureza ou espécie, emolumentos em geral, seguros,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados, que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto contratado, não cabendo à proponente qualquer reclamação posterior.

10.2.22. É proibido à CONTRATADA executar qualquer alteração, supressão ou acréscimo dos serviços previstos no presente contrato, sem que a CONTRATANTE autorize, previamente, por escrito, sob a forma de aditivo a este ou na forma de novo contrato.

10.2.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.24. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de demais tratativas resguardando os dados utilizados;

10.2.25. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

10.2.26. Ao final de cada mês, enviar relatório por e-mail, detalhando toda a movimentação financeira para fins de prestação de contas.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da contratação.

11.2. Após o interregno de um ano, a pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo contratante do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV – Multa

I - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

II - compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Fortaleza - CE, data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Silva e Queiroz, Gerente Geral**, em 13/11/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2220977** e o código CRC **76236CC0**.